

O *Diário Popular* nas eleições municipais do ano 2000: Entre a liberdade de expressão e a atuação política.

JOSÉ EDUARDO LOVATEL MATIAS<sup>1</sup>

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar alguns resultados obtidos através da pesquisa que deu origem ao trabalho de conclusão de curso “O *Diário Popular* nas eleições municipais do ano 2000: Entre a liberdade de expressão e a manipulação”. Aonde procurei observar como se deu o comportamento do jornal *Diário Popular* em meio às disputas políticas decorrentes das eleições municipais do ano de 2000. Em especial, procurei demonstrar como ocorreu a construção de duas linhas de atuação. Uma em que o jornal procura se colocar como defensor de alguns princípios democráticos como a liberdade de expressão e de opinião, e outra, onde o jornal procura defender seus interesses políticos, atuando em diálogo com uma determinada campanha política.

### Breve histórico

O *Diário Popular* é hoje considerado o jornal mais antigo ainda em circulação no estado do Rio Grande do Sul e o terceiro em todo o país. A sua história tem início em 27 de agosto de 1890, pelas mãos de Teodósio de Menezes, nasce assumindo o papel de órgão de imprensa do Partido Republicano Rio-grandense (DORNELLES, p.21). Exatamente como o jornal *A Federação* que se tornou o mais famoso e representativo jornal no cenário do jornalismo político-partidário (RÜDIGER, 2003, p.43; SODRÉ, 1999, p.260), estilo jornalístico que o *Diário Popular* também se enquadra.

O jornalismo político-partidário atinge o seu auge nas primeiras décadas do século XX, oxigenado pelas discussões do final do século XIX e pela agitação política proveniente da República (RÜDIGER, 2003, p.39-40). Mas logo começa a enfrentar problemas, uma série de mudanças na sociedade faz com que se perca o interesse nesse tipo de folha. Entre essas

---

<sup>1</sup>Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas.

mudanças é possível destacar: o apaziguamento de disputas políticas no cenário interno e a elevação dos custos relativos à produção dos jornais, fato decorrente da primeira guerra mundial (1914-1918).

O golpe derradeiro vem com o advento do Estado Novo (1937), com Vargas temos a proibição da imprensa partidária, para *A Federação* isso significou o seu fim, no caso do *Diário Popular* significou um período de profundas mudanças, era então deixado de lado o perfil ligado a disputas políticas para dar lugar a um perfil informativo ou noticioso. Entretanto, a principal mudança é a venda do jornal para a família Fetter que ocorreu na mesma época. Sem o aporte constante de recursos do Partido Republicano Rio-grandense, a venda foi a única saída (DORNELLES, pg.21).

A partir dessas duas importantes mudanças, de donos e de orientação editorial o jornal se vê em meio à necessidade mercadológica de expandir quantitativamente e qualitativamente as suas edições. E neste sentido que adota uma prática comum da época, a compra de maquinário usado, conforme destaca Camila da Silva (S/D, pg.4). Ainda segundo a autora, o linotipo adquirido em 1938 “Imprimiu primeiramente o jornal *La Prensa*, posteriormente *A Noite* (RJ) e ainda o jornal *A manhã de Porto Alegre*, para então chegar ao *Diário Popular*”.

Apenas em 1984 que o jornal conseguirá obter um moderno e competitivo sistema de impressão, trata-se de duas impressoras rotativas *Goss Community*, aliado a essa importante aquisição, a mudança para o formato de tabloide garantiu ao jornal o crescimento necessário. Ainda citando Beatriz Dornelles, “atualmente é um dos jornais mais bem equipados do interior do estado, com redação informatizada e editoração eletrônica, inaugurando, em seguida, o sistema de impressão em cores. Novas unidades *Goss* foram instaladas paralelamente a um moderno equipamento de pré-impressão, importado dos Estados-Unidos” (DORNELLES, p.21).

Segundo a autora o jornal tem em sua equipe 40 jornalistas e edita em média 1.200 matérias por mês, recebendo serviços de diversas agências nacionais e internacionais. Quanto à circulação a autora aponta que o jornal ganha as ruas com cerca de 30 páginas, e aos domingos esse número chega a 50, o jornal conta ainda com cerca de 13.000 assinantes (dado de 1996), sendo que a sua tiragem gira em torno dos 17.000 exemplares e nos domingos

chegando a 24.000(1996), em 2002 sua tiragem encontra uma média diária de 23.000 exemplares. (DORNELLES, p.24-25).

### **O Diário Popular no debate Político**

O cenário político da cidade de Pelotas na época era bastante confuso, o prefeito, e candidato a reeleição, Anselmo Rodrigues do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), se encontrava afastado da prefeitura por ação do Ministério Público a mais de 19 meses. Duas personalidades novas disputavam o protagonismo nas eleições o deputado federal Fernando Marroni, do *Partido dos Trabalhadores*, que integrava a *Frente Popular*. E pela primeira vez na cena política da cidade a candidata Leila Fetter do Partido Progressista Brasileiro (PPB), esposa do deputado federal Fetter Júnior (PPB), de mesma família dos proprietários do jornal *Diário Popular*.

Quanto a situação administrativa da cidade o cenário também era muito confuso, o novo prefeito assumiria a prefeitura com três meses de salários do funcionalismo em atraso, e também, 2001 seria o primeiro ano de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que determina uma série de normas a serem seguidas pelos administradores.

Através da análise do periódico num curto espaço de tempo, setembro a dezembro de 2000, foi possível observar como o jornal trabalha em duas linhas discursivas, por um lado, defende os seus ideais de liberdade de expressão e democracia. Só que observando por outro lado, pondo em perspectiva, é possível delimitar outro espaço de atuação, um diálogo profundo com uma determinada campanha política. Em dado momento o jornal produz reportagens, pautas que serão utilizadas pela campanha, e em outros o jornal transforma em acontecimento, reportagens, pautas e fatos levantados pela coordenação de campanha de um determinado partido político.

Esses duas linhas de atuação são visíveis em vários momentos, e se tornam ainda mais vivas conforme a disputa política vai se aproximando do seu clímax, de maneira bastante resumida procuro a partir de agora demonstrar ambas situações.

A primeira linha de atuação do jornal, conforme descrevi acima se refere aos momentos em que o periódico se coloca como uma espécie de guardião de princípios fundamentais da vivência democrática, como a liberdade de expressão e de opinião. Isso ocorre de diversas formas, editoriais, artigos, e pequenos textos de leitores e associações que são estampados nas páginas do jornal. Ou até mesmo na forma de práticas que objetivam disponibilizar aos candidatos espaços iguais no jornal para, sem custos, expressarem suas ideias.

Cerca de um mês antes do primeiro turno das eleições o *Diário Popular* trabalha em seus editoriais a questão da eleição, na edição do dia 02 de setembro temos o editorial “*Qualificação dos eleitores e candidatos*” que trata principalmente da importância para a sociedade conhecer bem os seus candidatos, para poder votar de maneira responsável no pleito que se aproxima. Além disso, é possível observar como o jornal se coloca em meio a este processo:

“Por isso, tem muita importância o trabalho que vem sendo realizado por diversas instituições no sentido de conscientizar o eleitorado sobre o significado do voto, para que tenha condições de comparar as propostas partidárias e distinguir os candidatos competentes, dinâmicos, coerentes com o espírito público, daqueles que buscam alcançar popularidade por meio de demagogia e do paternalismo, que não acaba com a pobreza mas que dela se sustenta. Essa politização é especialmente relevante nas regiões mais pobres do Rio Grande do Sul, onde chega a 15% o número de eleitores analfabetos. (*Diário Popular*, 02/09/2000)

Neste trecho, o último parágrafo do editorial, temos duas questões relevantes, em primeiro lugar, o espaço em que o jornal se coloca, entre as instituições que trabalham para “conscientizar o eleitorado” e em segundo lugar o editorial também já define que tipo de candidatos estão mais aptos a assumir os cargos disputados apontando as diferenças entre os competentes e os outros populistas.

Nessa mesma linha temos o editorial “Valorização do poder legislativo” do dia seguinte (03.09.2000) onde o objetivo é assinalar a importância do poder legislativo e o

cuidado que o eleitor deve ter na escolha dos seus candidatos. Observa-se também que o jornal se utiliza da posição conferida por ele mesmo no dia anterior, como uma instituição que trabalha no “sentido de conscientizar o eleitorado”.

No mesmo dia, temos uma matéria que age também nesse mesmo sentido, atribuir ao jornal uma espécie lugar limpo e imparcial no debate político municipal. A reportagem trata do final da propaganda política gratuita concedida pelo *Diário Popular* a todos os candidatos a vereador.

Essa temática sobre o papel do jornal em meio ao processo político continua durante os dois meses que seguem, destaco aqui o debate que ocorre nas vésperas do dia da eleição em segundo turno.

Na última semana das eleições municipais de 2000, o então presidente de honra do *Partido dos Trabalhadores*, Luiz Inácio Lula da Silva se apresenta em Pelotas para auxiliar na campanha. Nessa passagem por Pelotas participa de eventos de campanha e da gravação dos últimos programas de televisão, onde então ocorre o vazamento de um vídeo em que o presidente de honra, em conversa particular com o candidato do Partido dos Trabalhadores faz uma piada relacionada a cidade de Pelotas. Esse vazamento faz surgir uma disputa jurídica em nível partidário, e outra, entre dois tipos de opiniões relacionadas à liberdade de imprensa.

Esse audiovisual tem a sua veiculação e a sua repercussão proibida pela justiça eleitoral, essa atitude da início a uma discussão entre entidades representativas de impressos e jornalistas de um lado, e de outro, representantes do segmento dos juízes.

Mesmo com a proibição da veiculação de qualquer notícia relacionada ao vídeo, o *Diário Popular* não iria deixar passar essa oportunidade de lançar um fato novo, polêmico precisamente na edição que chegaria as casas dos pelotenses na tarde de sábado, véspera das eleições.

Para isso foi necessário certa dose de coragem, pois foi preciso realizar uma interpretação ousada da proibição. Já que foi proibida a publicação de notícias sobre o vídeo, o jornal resolve publicar uma crítica à proibição,

Nota:

A Associação Rio-Grandense de Imprensa ao longo de 65 anos de existência sempre pautou sua atuação pela defesa do direito da sociedade em ser bem informada assim a entidade sente-se compelida a protestar contra a decisão da juíza eleitoral de pelotas, que proibiu a veiculação de fato relacionado com a atual campanha eleitoral na cidade e que interessa a população local. O ato unilateral é draconiano fere frontalmente o artigo 220 e seus parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal de 1988, o artigo estabelece que manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição.

Porto Alegre 28/10/00

Ercy Pereira Torma

Presidente do conselho deliberativo e diretora executiva da ARI.(DP; 29;10;2000; capa)

Observa-se que na verdade o prejuízo político que se procurou evitar através de medida judicial ocorre da mesma maneira, na medida que este texto publicado no dia da eleição, se não confirma boatos ao menos lança dúvidas. O debate segue com notas publicadas por outras associações como o SINDJORE (Sindicato das empresas proprietárias de jornais e revistas no estado do Rio Grande do Sul) e também pela publicação de artigos e pequenos textos de leitores sobre censura, em alguns casos há comparação com o período da ditadura civil-militar. Essas discussões se encerram com uma nota publicada pela AJURIS (Associação dos juizes do Rio Grande do Sul), no sentido de defender a decisão tomada pela 34ª Zona Eleitoral

NOTA PUBLICA AJURIS

[...]

1)Se por um lado, é verdadeiro que a Constituição Federal em seu artigo 5º inciso XVI, assegura o acesso a informação, não é menos efetiva a garantia da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, e da imagem das pessoas, prevista no mesmo dispositivo constitucional, em seu inciso X, ambos merecendo reconhecimento em nível de absoluta igualdade;

2) fala da cautela necessária que foi tomada pela juíza e pelo relator do T R E que resolveu levar o dissídio ao pleno do tribunal e não decidir sozinho, em respeito a honra dos envolvidos e ao delicado momento eleitoral que se encontrava a sociedade de Pelotas

3) é inadmissível que se compare a decisão discutida, com qualquer espécie de censura, esta espúria e oriunda da submissão do direito à força, aquela exatamente caracterizadora da atuação de um Poder do Estado, que visou a preservar direitos pessoais aos quais poderia ser causado dano de difícil reparação; reparação esta que determinados setores lutam para reduzir

a ínfimos valores, que nada reparariam, como se identificou quando do debate da nova lei de imprensa

Porto Alegre 10 de novembro de 2000.

Nesses dois momentos citados acima foi possível observar como o jornal vai construindo o seu lugar em relação à liberdade de expressão e a questões diversas, como no caso a censura. Porém, a partir dos casos que trabalho abaixo, também é possível observar como o jornal ao longo de suas edições vai demonstrando uma clara preferência por uma determinada coligação política. É interessante notar como o discurso da defesa da liberdade de expressão, das igualdades democráticas se mistura com uma sutil e organizada campanha em favor de uma agenda política.

Como é o caso da cobertura política do *Diário Popular* e sua especial atenção às atitudes e realizações do deputado federal Fetter Júnior (PPB) cônjuge da então candidata a prefeitura pela coligação *Um Novo Tempo*, Leila Fetter (PPB). O jornal publica quase que diariamente textos divulgados pela assessoria do deputado federal. E, além disso, publica periodicamente reportagens em que o deputado ganha destaque, geralmente com espaço reservado para foto.

É interessante notar também que existe certo diálogo entre a cobertura do deputado federal e os textos de propaganda publicados no *Diário Popular* pela coordenação de campanha da coligação *Um novo tempo*. Quando um assunto é tratado em uma reportagem do jornal, logo temos um texto de campanha que toca no mesmo assunto, assim como o inverso, um texto de campanha que depois encontra diálogo com uma reportagem.

Caso que ocorre, por exemplo na edição do dia 17 de setembro. Na página 7, em espaço de campanha cedido pelo jornal a todas as campanhas, a coligação *Um Novo Tempo* fala da publicação de pequenos jornais para desmentir boatos:

Um dos jornais traz a verdade sobre as mentiras que estão dizendo sobre a atuação do deputado federal FETTER JÚNIOR no congresso nacional. “No jornal esclarecemos calúnias e desmascaramos mentiras como a de que FETTER é contra os trabalhadores e aposentados, e que apoiou ex-presidentes”. (*Diário Popular*, 17/09/2000, p.7)

Então, na página 11, com título em destaque e ocupando meia página temos uma matéria com o título: “Fetter mostra balanço de sua vida”,

Na questão da indústria de doces e conservas, por exemplo, Fetter foi um dos responsáveis pela retomada do desenvolvimento do setor, que na safra desse ano chegou a 50 milhões de latas. (...) Também tem sido incansável no combate a importação do pêssego grego a preços subsidiados, fato que causa concorrência desleal com os produtores locais. (17/09/00, p.17)

Embora tratem de temas diferentes, é impossível negar a semelhança, ambos procuram demonstrar como Fetter Júnior atua positivamente em prol da sociedade pelotense. Outra questão surge na cobertura do debate proporcionado pelo jornal em parceria com a rede de televisão RBS.

Devo aqui destacar que é esse o momento que deixamos as sutilezas de lado, até agora poderíamos dizer que essas pequenas atitudes não passam de acaso ou sorte, porém, à medida que vamos analisando passo a passo as atitudes do *Diário Popular* vamos observando que sua participação no pleito vai muito além do que pretende em alguns de seus próprios discursos.

A cobertura do debate do dia 28 foi publicada na edição do dia 29 de setembro, como era de se esperar. Ou seja, a edição do jornal foi fechada em algum momento entre o final do debate e o início da madrugada de sexta-feira, dia 29. Estimando a duração do debate em algo em torno de uma hora e meia a duas horas, conforme a definição de regras publicada pelo jornal no dia anterior, podemos pensar que o debate teve fim em torno das 23:30. Até aqui nada além do esperado.

O surpreendente foi constatar um grande apedido assinado por Leila Fetter na página 12 da mesma edição, logo após as páginas dedicadas a cobertura do debate. Para ficar bem claro, a candidata obteve espaço no jornal nesse curto espaço de tempo citado acima, já praticamente na madrugada do dia 29. No mínimo podemos pensar em um trânsito privilegiado, numa espécie de tratamento diferenciado destinado a coligação *Um novo tempo*. Será que qualquer outro candidato teria as mesmas liberdades?

ALERTA A POPULAÇÃO

Mais uma calúnia de Anselmo

Além de não ter seriedade no que diz, o senhor Anselmo não se preocupa com a verdade, nem com a honra alheia.

No debate desta quinta-feira na tevê não foi diferente e tentou fazer mais uma “denúncia vazia”, pela qual será penalizado por calúnia.

Desta vez, alegou que o sogro de Leila – Adolpho Antônio Fetter – deve IPTU de um imóvel na praça coronel Pedro Osório.(...)

Leila Fetter (DP, 29/09/00, pg.12)

Outras problemáticas ainda serão exploradas pelo jornal nessa linha que procura a defesa de uma candidatura, como é o caso da questão do medo. São várias reportagens, artigos e textos de campanha que dialogam entre si. O objetivo comum é relacionar a campanha da *Frente popular* com a violência. É criado pela campanha da coligação *Um novo tempo* um verdadeiro cenário de guerra. Tem-se a impressão de que a qualquer momento algo ira acontecer. Esse clima tem o seu auge no pedido da coligação pela participação do exército na segurança do pleito.

Na terça-feira antes do domingo, dia das eleições, Temos o inicio de uma série de reportagens que tratam da questão da segurança nas eleições, a origem desse debate no jornal ocorre em vista de uma manifestação estritamente política. A coordenação regional do PPB entra com pedido de mobilização do exército para prover a segurança das eleições. O destaque que a matéria ganha é interessante, pois a principio, se constitui apenas de uma manifestação de um partido político junto ao Tribunal Regional Eleitoral, é interessante pensar se todas as manifestações dos partidos ganhassem tal destaque.

“*PPB pede exército na eleição*”, é com essa manchete que pelotas amanhece no dia 24 de setembro, no miolo do jornal, precisamente na página 5 temos uma reportagem que ocupa praticamente toda a página, apenas dividindo espaço com uma peça publicitária. E além disso, compõe a formatação da pagina uma imagem aonde é possível verificar uma exposição de armamentos do Exército Brasileiro, é perceptível o sensacionalismo.

Quanto ao seu conteúdo, a reportagem traz quase que exclusivamente a palavra de personalidades do Partido Progressista Brasileiro. O diretório estadual expõe os motivos da

atitude, o autoritarismo, o radicalismo e o anarquismo por parte da *Frente popular* que supostamente é a origem de um comportamento violento dos eleitores.

Continuando a sua cobertura incansável das ações do deputado federal Fetter Júnior – mais um ponto de diálogo entre a campanha e o jornal – a edição do jornal destina quatro parágrafos de texto a sua palavra, sendo que no total a reportagem tem 10 parágrafos, e apenas dois curtos são destinados à opinião da *Frente popular* ao final da reportagem. Conforme nos fala Fetter Júnior,

Segundo ele, o clima é pesado e perigoso na campanha do segundo turno. Durante entrevista coletiva, ontem à tarde, com as presenças do senador Jorge Borhaussen, presidente nacional do PFL; e ministro substituto do Esporte e Turismo, José Octavio Germano (PPB) e dos deputados estaduais Germano Bonow (PFL) e Onyx Lorenzoni (PFL), Fetter relatou vários casos de agressões contra a candidatura de Leila Fetter, bem como danos em veículos e ameaças telefônicas. “Lamentavelmente, a campanha em Pelotas passa dos padrões normais e aceitáveis e chega a agressividade pessoal. Estamos com medo de que a cidade seja transformada em uma praça de guerra no segundo turno”, afirmou ele.

Ao que parece, segundo essas informações, Pelotas se encontra numa situação quase apocalíptica, e o deputado continua,

Fetter Junior entende que, “talvez, uma atuação mais ostensiva da Brigada Militar ainda não seja suficiente para coibir o que vem acontecendo nesta campanha”. Ele confirmou a intenção de que o T.R.E. requirite a presença de oficiais e soldados do exército, que estariam nas ruas como forma de garantir a ordem e a normalidade da eleição. “Parece que haverá necessidade de reforço do exército neste segundo turno, para que a eleição represente a verdadeira vontade do eleitor” finalizou. (DP; 24/10/200; pg5)

É interessante notar que na mesma edição, no espaço chamado “*Espeto Corrido*”, uma coluna que ocupa uma página inteira e trata do cotidiano da cidade, com especial foco na vida política, aonde os conceitos e informações expostas ali são de responsabilidade do jornalista José Ricardo Castro, temos publicada uma imagem aonde alguns militantes do PSB, partido que integra a *Frente popular*, caminham em frente ao comitê do PPB. A imagem é acompanhada da legenda “Provocação democrática” e um pequeno texto em que o autor trata do clima pacífico da campanha. Ao menos que se trate de uma grande ironia, existe uma

grande diferença entre a praça de guerra montada pela reportagem do *Diário Popular* e o pequeno texto do jornalista José Ricardo Castro.

### Considerações Finais

A grande quantidade de questões observadas num período curto de pesquisa (Setembro a Dezembro de 2000) deixa claro que o jornal participa ativamente das discussões políticas da cidade, como é a sua obrigação.

No entanto ao dispor algumas dessas reportagens lado a lado, foi possível observar como o *Diário Popular* por um lado procura manter a sua credibilidade, ligada a ideia de imparcialidade, e por outro lado trabalha segundo a sua própria agenda. Atuando em alguns casos praticamente lado a lado com a coordenação de campanha da coligação *Um novo tempo*.

A pesquisa de Beatriz Dornelles (2003), exposta aqui anteriormente, traz também uma pesquisa que aponta para a alta credibilidade do jornal entre os seus leitores não serve para demonstrar como o jornal é imparcial. Só o exercício de dispor os seus discursos em perspectiva é capaz de trazer resultados significativos, pois o que revela a pesquisa da autora nada mais é do que o objetivo do jornal manter o seu caráter de imparcialidade perante o seu público leitor que no cotidiano é incapaz de fazer reflexão a luz do tempo e da crítica como feito no trabalho que deu origem a esta apresentação.

No tempo presente, onde ocorre um crescimento do debate relacionado a regulamentação das mídias, cresce também a necessidade de análises aprofundadas sobre a imprensa, para que não fique ela mesma responsável pela sua regulamentação, é nessa ótica que humildemente este trabalho se insere e que proponho um debate, ou um caminho de pesquisa, investigar como se dá ao longo do tempo as construções discursivas em torno da liberdade de expressão, pois é visível que na sociedade em que vivemos a mídia se auto-regula, e quando sobre pressões de setores da sociedade pela regulamentação da mídia ou mesmo críticas menores, os jornais e outras mídias se movem no sentido de apontar para uma tentativa de censura.

## Referências Bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. **A Imprensa**. In: BOEIRA, Nelson. GOLIN, Tau. (org.). História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2. P. 351-372.

DORNELLES, Beatriz. Jornalismo do interior atende expectativa dos assinantes. In: Menezes, Francisco (org.). **A comunicação, o social, e o poder: cultura, complexidade e tolerância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

RÜDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: tradicionalismo e modernidade, dos anos 1930 à atualidade. In: GERTZ, René. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. 1ª Edição. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4, p. 355-397.

SILVA, Camila. A Gráfica Diário Popular Ltda. de Pelotas como palco da produção. **Projeto Memória Gráfica de Pelotas**. Sem data. Disponível do *site*: <http://www.ufpel.edu.br/iad/memoriagraficadepelotas/producao.html>, acesso em 10/03/2013.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.